

GASPISA - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005 - (CONTINUAÇÃO).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS

PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e conforme as principais práticas contábeis:

Aplicações financeiras

São registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não superam o valor de mercado.

Contas a receber de clientes

São demonstradas ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço, ajustados por provisão para perda, se necessária.

Investimento

O investimento em sociedade coligada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

Imobilizado

É registrado pelo custo de aquisição. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 6.

Diferido

É demonstrado pelos gastos incorridos na fase pré-operacional. A amortização será calculada pelo método linear, a partir do momento em que os benefícios do projeto começarem a ser auferidos.

Imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15% mais adicional de 10% e 9%, respectivamente, sobre o lucro real.

Reconhecimento da receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Uso de estimativas

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a estimativa de vida útil dos bens do imobilizado durante o curso normal das operações, bem como premissas para recuperação do valor residual do imobilizado e da realização do ativo diferido.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo para sua determinação. A administração da Companhia revisa as estimativas e premissas regularmente e entende que não haverá divergências materiais quando da realização dessas estimativas.

Prejuízo líquido por ação

Está calculado com base no número de ações existentes na data do levantamento do balanço patrimonial.

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Refere-se a aplicações em fundo de renda fixa e certificados de fundo de investimento junto ao UNIBANCO (remunerados pela variação de 96,5% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário e a taxa média de 18,19% durante o ano de 2006) respectivamente.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

O saldo das contas a receber de clientes em 2006 e 2005, corresponde a créditos junto à BR Distribuidora S.A., decorrentes da venda de gás natural veicular, vide nota explicativa nº 1 e 12.

5. INVESTIMENTO

Refere-se a participação na coligada TMN Transportadora S.A., Companhia tem como principal objeto social a construção, instalação e exploração comercial de um duto para transporte de gás natural e instalações associadas partindo do "City-Gate" da Petrobras, localizado no Município de Pecém (CE), passando pelos Estados do Piauí e Maranhão.

	2006	2005
Número de ações:		
Preferenciais	600.000	600.000
A integralizar	(140.724)	(152.724)
Integralizadas	459.276	447.276
Porcentual de participação no capital total %	3,8%	3,8%
Capital Social - R\$	11.934.552	11.694.552
Patrimônio líquido - R\$	11.934.552	11.694.552

Movimentação

	2006	2005
Integralização	12.000	297.726
Saldo em 31 de dezembro	459.276	447.276

Atualmente a sociedade coligada TMN Transportadora S.A., encontra-se em fase pré-operacional e o seu início depende da Licença de Instalação, prevista para o segundo semestre de 2007, da assinatura do contrato de compra e venda de gás entre a PETROBRAS e as distribuidoras e, da aprovação (enquadramento) do projeto junto ao Ministério de Minas e Energia e, conseqüente liberação do financiamento de recursos pela CDE - Conta de Desenvolvimento Energético (Fundo constituído pela Lei nº 10.438/2002).

6. IMOBILIZADO

	2006 (R\$)	2005 (R\$)	Taxas de depreciação (% a.a.)
Móveis e utensílios	25.553	25.553	10
Computadores e periféricos	25.937	25.437	20
Software	8.040	8.040	20
(-) Depreciação acumulada	(20.609)	(20.219)	
Total	29.921	38.811	

7. DIFERIDO

	2006 (R\$)	2005 (R\$)
Gastos de organização e administração	2.376.758	1.897.772
Resultado financeiro líquido	(151.350)	(137.229)
Estudos, projetos e detalhamento	171.963	56.185
Total	2.397.371	1.816.728

8. FORNECEDORES

O saldo da Companhia é composto principalmente pelo fornecedor Petrobras Distribuidora S.A., no montante de R\$ 37.820.

9. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Refere-se a reembolso de despesas de salários dos diretores cedidos pelos acionistas TERMOGAS S.A. e GASPETRO S.A.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2006 é de R\$ 3.180.526 (2005, R\$ 2.921.600), sendo integralizado até 31 de dezembro de 2006 o montante de R\$ 3.087.026 (2005, R\$ 2.581.350), representado por 1.017.277 ações sem valor nominal (2005, R\$ 898.800), com a seguinte distribuição:

Ações	Quantidades de ações			
	Ordinárias		Preferenciais	
	2006	2005	2006	2005
Estado do Piauí	259.404	226.845	-	-
Petrobras Gás S.A. - GASPETRO	124.616	124.616	254.318	254.318
TERMOGAS S.A.	124.616	96.361	254.318	196.656
Outros	5	5	-	-
Total	508.641	447.826	508.636	450.974
			1.017.277	898.801

A Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de agosto de 2006 aprovou, por unanimidade, o aumento de capital subscrito, o qual passou a ser de R\$ 3.180.526, com a emissão de novas ações. No exercício de 2005 os acionistas integralizaram o montante de R\$ 505.676 (2005, R\$ 707.600), mediante a integralização em moeda corrente de R\$ 448.076 (2005, R\$ 1.254.150) e R\$ 57.600 (2005, R\$ 165.600) da TERMOGAS S.A., por conta da remuneração do diretor administrativo financeiro durante o exercício de 2006.

Cada ação ordinária terá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de acionistas. As ações preferenciais não terão direito a voto e gozarão cumulativamente das seguintes vantagens:

- prioridade no recebimento do dividendo mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social;
- prioridade na distribuição de dividendo mínimo, cumulativo de 6% (seis por cento), calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, participando em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de dividendo obrigatório, quando este for superior ao dividendo mínimo assegurado;
- prioridade no reembolso do capital, sem prêmio em caso de dissolução da sociedade;
- participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias nos dividendos distribuídos em virtude de lucros remanescentes;
- em caso de liquidação da sociedade os dividendos cumulativos poderão ser pagos à conta de capital social da Companhia; e
- no exercício em que o lucro for insuficiente para o pagamento de dividendos prioritários, os dividendos cumulativos poderão ser pagos à conta de reservas de capital.

O estatuto social prevê que do lucro apurado no final de cada exercício, deverá ser aplicado o percentual de 5% (cinco por cento), antes de qualquer outra destinação, na constituição do fundo de reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

E assegurado aos acionistas, a percepção do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado em termos da lei em cada exercício.

11. COBERTURA DE SEGUROS (não auditado)

A Companhia possui cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado e responsabilidade civil, conforme demonstrado a seguir:

Tipo de seguro	Bens segurados	Valores segurados/2006
Responsabilidade civil	Geral	25.162
Incêndio, raios e explosão	Prédio, instalações e equipamentos	251.753
Roubo e furto	Instalações e equipamentos	12.500
Vendaval	Instalações e equipamentos	25.162
Danos Elétricos	Instalações e equipamentos	14.000

12. PARTES RELACIONADAS

As transações mercantis com a Petrobras Distribuidora S.A. (BR), empresa ligada, são realizadas de acordo com os limites de preços estabelecidos pelo mercado. Os valores das operações realizadas:

	2006	2005
Contas a receber	31.050	31.602
Fornecedores	37.820	25.045
Venda de gás natural - receita	1.097.534	717.039
Compras de gás natural - custo dos produtos	992.099	643.757
Termogás S.A. - AFAC	14.400	-

Em 28 de abril de 2006 a Companhia assinou contrato de compra e venda de gás natural junto à Petrobras Distribuidora S.A. (BR), cujo objeto é a venda e entrega por parte da BR e a compra e recebimento por parte da Gaspisa, para distribuição aos Postos BR (Igarana e Timbó), com volume contratado de até 10.000 m³ dia e outro Posto BR com data de operação imprevista, cujo volume contratado é de até 5.000 m³ dia. Nesta mesma data também foi assinado contrato com a Petrobras, cujo objeto é a venda e entrega por parte da Gaspisa e a compra e recebimento por parte dos Postos BR (R.Sá) e outros dois postos a serem definidos de volume contratado total de 15.000 m³ de gás natural para uso exclusivo em combustível veicular.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPISA

1. Examinamos os balanços patrimoniais da COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPISA ("Companhia"), levantados em 31 de dezembro de 2006 e de 2005 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendemos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPISA em 31 de dezembro de 2005 e de 2005, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Companhia encontra-se em operação parcial desde o exercício de 2004. Para que sua operação esteja plena, faz-se necessário a exploração de gás canalizado a partir da vistorização da construção do gasoduto de transporte de gás natural ligando o Porto de Pecém, no Estado do Ceará, à cidade de Teresina, no Estado do Piauí. As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da construção do referido gasoduto e, conseqüente, operacionalização plena da Companhia.

Salvador, 26 de janeiro de 2007

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU - Auditores Independentes

CRC - ZSP nº 011.8990 - 8 - "S" - PI

José Otton Tavares de Almeida

CRC - BA nº 13.2120 - 81 - "S" - PI

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPISA, em conformidade com as atribuições dispostas no Art. 163 da Lei 6.404/76, examinou as Demonstrações Contábeis, o Orçamento de Capital e os demais demonstrativos elaborados pela Companhia, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006 e de 2005. Com base nos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria da Empresa e no parecer, sem ressalva, emitido por DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes, os membros deste Conselho, abaixo assinados, concluíram que as referidas Demonstrações Contábeis expressam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação financeira patrimonial da Companhia. Em consonância com o disposto no Art. 163 da Lei 6.404/76, opinam favoravelmente quanto à aprovação dos referidos documentos na Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPISA.

Fernando José Moreira Mendonça - Conselheiro
Antonio Illegi de Oliveira - Conselheiro
Nuninho Rêda Sobrinho - Conselheiro

São Luís-MA, 27 de março de 2007